

Figurações do Índio Romântico em Sousândrade e Gonçalves Dias

Alessandra da Silva Carneiro¹ (USP)

Resumo:

De acordo com perspectiva de que o indianismo não foi mero elemento estético-literário, pois esteve subordinado aos interesses do Segundo Reinado, discutimos as bases políticas da representação do índio na literatura romântica e as figurações do mesmo em Sousândrade e Gonçalves Dias. Ambos os maranhenses apresentam-se muitas vezes como vozes destoantes no coro indianista regido pela Coroa ao lançarem mão da imagem do índio degradado para criticar a política Imperial, embora possuíssem relações diversas com Dom Pedro II.

Palavras-chave: Indianismo; Sousândrade; Gonçalves Dias.

Abstract:

According to the perspective of the Brazilian indianist movement was not a mere aesthetic-literary element, because it was subordinated to the interests of the Second Empire, we discuss the political basis of the native representations of romantic literature and depictions of it in Sousândrade and Gonçalves Dias. Both poets born in Maranhão often present as dissonant voices of the indianist choir conducted by the government and use the image of the degraded Indian as an argument to criticize the imperial policy, although with different relationships with Dom Pedro II.

Key – Words: Brazilian indianist; Sousândrade; Gonçalves Dias.

Visto por parte da crítica romântica como construção paralela aos cavalheiros da Idade Média, heróis na literatura européia, o índio brasileiro representado pela literatura do Romantismo muitas vezes é classificado como postiço, pois comportaria características e qualidades que escapariam ao selvagem tupiniquim. Assim, na ânsia de equiparar o nosso país qualitativamente à Europa e visando um modelo estrangeiro, os nossos escritores teriam versado sobre o índio bravo e guerreiro na selva paradisíaca como forma de

exaltação do que seria característico do Brasil; um meio de afirmar que, apesar de recém-independente, o nosso país possuía uma história e cultura própria. Muito interessante é lembrar que tais preceitos sobre o que configuraria o Brasil, o índio e a natureza, foi postulado por Ferdinand Denis, um francês... Contudo, o fermento desse indianismo parece ir além de um simples nativismo engajado.

Efetivamente, após a separação de Portugal há um direcionamento consciente para a França enquanto “inspiração” para a civilização brasileira. É o que encontramos claramente no *Ensaio sobre a história da literatura brasileira* - publicado pela primeira vez na revista *Niterói* e cuja fundação, na França, em 1836, marca o início do Romantismo brasileiro. Neste ensaio Gonçalves de Magalhães diz: “Com a expiração do domínio português, desenvolveram-se as idéias. Hoje o Brasil é filho da civilização francesa;”(1836, p.149). É manifesta a dicotomia que passa a existir entre Classicismo e Romantismo, sendo o primeiro sinônimo de arcaísmo representado por Portugal, e o segundo do “novo”, do qual a França era porta-voz. Nesse texto, evidentemente influenciado pelo *Resumo da história da literatura do Brasil* (1826), do referido Denis, Magalhães reafirmar os dois elementos brasileiros de que a literatura não poderia prescindir: o nativo, cuja essência seria poética e musical, e a “ natureza exuberante de nosso país”. Fato é que Magalhães e os demais escritores estavam umbilicalmente ligados ao Estado Monárquico, sendo assim, a escolha por tais temas na literatura não pode ser vista apenas como elemento estético promovido pela França e desvinculado da Política Imperial.

Para Nelson Werneck Sodré o motivo do indianismo não foi só o nativismo, pois esse foi senão um dos traços que motivaram seu êxito. O triunfo do indianismo se deu porque a sociedade brasileira pós-independência não havia mudado em nada, muito menos no seu sistema servil, e o indianismo serviu para mascarar isso. A Independência somente inseriu o Brasil escravocrata na Economia Internacional. O índio fez “esquecer” o escravo, mas ironicamente, ainda segundo Sodré, onde a mão de obra escrava alavancou a produção as populações indígenas dos arredores foram aniquiladas. Considerando isso, o tema da literatura romântica não poderia ser outro, visto que o âmbito no qual essas obras circulavam era formado por um pequeno grupo de escravocratas letrados, proprietários de

terras. O exemplo de José de Alencar, expoente do romance indianista, nos oferece indícios dessa situação. O autor de *O Guarani* compôs apenas duas obras onde o negro escravo é personagem: as peças *Demônio familiar* (1857) e *Mãe* (1859). Contudo, o escravo na literatura de Alencar representa menos uma crítica a sua condição servil que um alerta aos seus donos sobre os percalços que os servos poderiam-lhes causar, ao passo que na sua prosa indianista o índio é sempre exaltado como mártir honroso.

O índio se tornou figura central na literatura porque o escravo representava o último escalão da sociedade, portanto não poderia ser tema e muito menos herói. Tocar no problema da escravidão era vergonhoso, como expressou Joaquim Nabuco em crítica às referidas peças pseudo-abolicionistas de Alencar. Para Sodré, o indianismo se traduziria na “defesa da estrutura social que nos legara a colônia”, isto é, o escravismo como principal mão de obra na produção. Desse modo:

[o indianismo] está longe de ser falso, conforme parece aos investigadores “superficiais”. É a manifestação de uma sociedade de senhores de terras, de regime de trabalho servil, em que apenas se esboça a classe intermediária... Se existiu manifestação típica do pensamento nacional, foi o indianismo um dos seus exemplos mais expressivos. (SODRÉ, 1969, p.269)

Na argumentação da idéia supracitada, Sodré chega a afirmar que questionar a inautenticidade do índio romântico é inútil. Seria um aspecto secundário se ele era ou não como o retratavam os escritores, já que o principal seria compreender que o índio bem poderia ter sido como figurou na literatura indianista, cujo objetivo subjacente era a legitimação do Estado e o desenvolvimento socioeconômico. Todavia, é possível discordar de Sodré justamente nesse ponto, uma vez que pensar na inautenticidade literária do índio romântico é uma tarefa que possibilita entender mais profundamente a política Imperial do Segundo Reinado, além do papel dos escritores no aparelho estatal.

Se por um lado o índio era exaltado como emblema da nação (em construção), por outro as providências do Império em relação às comunidades nativas eram todas com o intuito de tomar posse de suas terras e as submeter como mão de obra, sob o argumento

que de isso era civilizar. De fato, civilizar os índios significava impor-lhes leis e obrigá-los ao trabalho, como afirma Manuela Carneiro da Cunha (1998, p.142). Além disso, na defesa do estabelecimento e expansão do Estado Monárquico, em inúmeros casos a população indígena foi dizimada.

Em meio a essa contradição, em 1838 foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, palco das discussões acerca da viabilidade em eleger o índio como o representante da nacionalidade. O IHGB contou com uma revista trimestral (existente ainda hoje) para a divulgação dos seus debates, desse modo temas envolvendo os índios representaram boa parte das publicações durante o segundo reinado¹. Sobre isso, John Monteiro nos afirma que:

Se dentre os objetivos figuravam a busca das origens da nacionalidade e a busca de informações etnográficas sobre povos já desaparecidos ou em vias de desaparecimento, não havia nem de longe um consenso em torno da melhor maneira de se estudar a presença indígena na história do país. Parece ter vencido a tendência estabelecida por Carl Friedrich Philippe von Martius e seguida por Francisco Adolfo de Varnhagen, cujas teses sustentavam a idéia de que o processo de degeneração que levava os indígenas inexoravelmente rumo à extinção havia começado muito antes da chegada da civilização superior. Outros autores, entretanto, embora compartilhassem a perspectiva do desaparecimento fatal dos aborígenes, explicavam a destruição das populações indígenas em função de uma longa história de violência colonial e de políticas mal aplicadas ou mesmo mal intencionadas. A *Revista*, nesse sentido, proporcionava uma espécie de barômetro através do qual se podia aferir a intensidade do debate indigenista da época.

(MONTEIRO, 2001, p. 147)

O IHGB funcionou “debaixo da imediata proteção da Sua Majestade Imperial, o senhor Dom Pedro II” e sua missão foi forjar os elementos definidores do que se pretendia por Nação. Um pequeno grupo de indivíduos pertencentes à elite do país, membros dessa instituição, foram os responsáveis por erigir a História e a cultura nacional. Assim, o

¹ Lucio Tadeu Mota nos informa que quase vinte por cento (19, 48%) dos artigos da RIHG no período de 1839 a 1889 abordavam a temática indígena. Consulte: MOTA, Lucio Tadeu. **A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e as populações indígenas no Brasil do II Reinado (1839-1889)**. Em: www.dialogos.uem.br/include/getdoc.php?id=739&article...

Acessado em 29/05/2009.

interesse por estudar o índio era uma forma de explicar como a história, numa perspectiva Iluminista, era linear e caminhava em direção ao progresso, pois o autóctone naturalmente “cedia” (ou era forçado a ceder) espaço para a civilização branca de origem européia com a finalidade última de contribuir para a consagração do povo brasileiro: o mestiço. Para Antonio Candido, no resumo sobre *O Romantismo no Brasil*, o envolvimento do imperador com o grupo do IHGB foi positivo ao passo que incentivou e patrocinou os seus projetos para o conhecimento do território nacional, porém isto conferiu aos membros do Instituto um “conformismo palaciano” que lhes tolheu o senso crítico.

Assim, falar do índio não era só mascarar a situação do negro, mas também a situação do próprio índio, pois o nativo literário era o tupi-guarani, “convenientemente um índio morto” (Cunha, 1991, p.20), já que os vivos estavam marginalizados daquela sociedade excludente. Juntos, indígenas e negros, no dizer do brasilianista inglês David Treece, eram “exilados do império”.

Gonçalves Dias, o mais renomado poeta indianista e responsável pelas idealizações do índio herói, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico. Porém, no que se pode chamar de sua “primeira fase”, ele faz a crítica às mazelas da colonização ainda distante dos interesses do IHGB, que estava empenhado em construir uma história que ligasse organicamente o passado colonial à política atual mascarando as atrocidades do passado.

Considerando tal aspecto na obra de Gonçalves Dias, David Treece apresenta uma interpretação diferente das que se costuma fazer da sua obra, como a que faz Antonio Candido, por exemplo. Este, ao ponderar o vínculo do maranhense com o grupo dos poetas medievalistas, em Coimbra, vê em suas poesias indianistas, sobretudo, “efeito poético” e “exotismo” em oposição à tradição européia (CANDIDO, 2007, p.405). Já o escritor inglês reconhece no poeta um crítico (implícito) da política imperial ainda ligada à colônia. Devido à sua situação socioeconômica desfavorável e à sua origem mestiça, Gonçalves Dias teria questionado o *status quo* imperial e as investidas indianistas. O poeta teria condenado o vínculo do Império com a política colonial por que ele próprio era um marginalizado, assim como a população pobre composta, mormente, por negros, índios e mestiços. Por exemplo, no poema *Marabá*, ainda de acordo com Treece, haveria a

identificação do autor com a mestiça desprezada pelas suas origens, visto que ele também fora rejeitado quando lhe foi negada a mão de Ana Amélia Ferreira Vale, provavelmente por preconceito racial da família. Todavia, reconhecemos os perigos de uma interpretação biográfica, visto que o autor, em notas ao poema, afirmou ter se inspirado em uma história encontrada na “Crônica da Companhia”².

Contudo, Gonçalves Dias era pobre e dependia da ajuda da elite para sobreviver (do “favor”³), ou seja, mesmo não sendo escravo estava subordinado ao Poder. O poeta discordaria daquela estrutura social, mas não declarou abertamente por que não podia prescindir dela. De qualquer modo, na sua obra ocorre a crítica à marginalização do índio e do mestiço após a independência, embora o discurso oficial os exaltasse como ferramenta para a visão orgânica do Estado. Por outro lado, não se pode ser complacente com a ambigüidade do maranhense, pois ele não chega a questionar o projeto integracionista indianista, base para a sustentação do império. Para o brasilianista inglês, “de fato, seu receio da desintegração federal e anarquia social era inteiramente consoante com a retórica política prevalecente do Segundo Reinado. (TREECE, 2008, p. 150).

Além do compromisso com a constituição do cânone literário e com a escrita da História do Brasil, os românticos estavam empenhados em gerar na literatura o mito da gênese nacional como meio de legitimar a Monarquia. Esse foi o intuito de Gonçalves de Magalhães na *Confederação dos Tamoios*, epopéia publicada em 1857 que contou com o auxílio financeiro de Dom Pedro II. Nesse poema, Magalhães narra a aniquilação da tribo Tamoio na região onde surgiria a cidade do Rio de Janeiro, mas foi negativa a recepção da obra. Além das críticas à insuficiência literária, a perspectiva histórica de Magalhães também não agradou. José de Alencar foi um desses críticos. De acordo com Treece, embora Magalhães tivesse o mesmo propósito de Alencar em criar um folclore indígena

² O poeta explica em nota o significado de Marabá: “Tinha certa velha enterrado vivo um menino, filho de sua nora, no mesmo ponto que o parira, por ser filho a que chamam marabá que quer dizer de mistura (aborrecível entre esta gente). Vasconcelos. Cr. Da Comp., 3.n. n.27”. In: DIAS, Gonçalves. **Poesia e prosa completas**. Alexei Bueno(org.). Rio de Janeiro: Aguilar, 1998. p. 563

³ Sobre o “favor” como mediador social nesse período ver: SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

associado à submissão voluntária ao colonizador como uma espécie de sacrifício para o surgimento de uma nação “abençoada por Deus”, acabou criando um abismo entre as duas culturas ao pintar um quadro indígena tenebroso, já extinto, e não permitindo que se visualizasse uma relação de continuidade, de evolução, para a caracterização do povo brasileiro. Por outro lado:

Alencar, em contraste, se propôs a mergulhar no universo tribal, para identificar não as fontes do antagonismo entre o índio e o branco, em particular a história militar genocida da colônia, mas aqueles elementos da cultura e da psicologia tribal que haviam sido assimilados pela sociedade brasileira e poderiam, portanto, fomentar o processo de conciliação nacional. (TREECE, 2008, p.222)

No mesmo ano de publicação da epopéia fracassada de Magalhães, Alencar escreve *O guarani*, provavelmente inspirado nos motivos que não deram certo em *A confederação dos Tamoios*. Assim, diferentemente dos primeiros indianistas, como Gonçalves Dias, que exaltavam o indígena símbolo do nacionalismo, em oposição ao português, no Segundo Reinado buscava-se *conciliar* os opostos em conflito.

Como se vê, a segunda metade da década de cinquenta oitocentista foi um momento muito relevante das produções indianistas, pois a publicação de ambas as obras supracitadas datam de 1857, e no ano anterior foram publicados os cantos iniciais de *Os Timbiras*, de Gonçalves Dias. Posto isso, é pertinente colocar nesse debate sobre a representação do índio um poeta geralmente associado ao final do Romantismo, considerado até mesmo como “um breve eco do indianismo dos primeiros românticos”(TREECE, 2008, p.316).

Sousândrade teve sua primeira obra, *Harpas Selvagens*, publicada também em 1857, no Rio de Janeiro, e sua contribuição para a literatura indianista já surgiria em 1858. Embora os seus primeiros versos indianistas tenham sido publicados somente em 1867, no jornal *Semanário Maranhense*, não há dúvida sobre a data de composição uma vez que o próprio autor afirmou que: “Em 1858 foram escritos os três primeiros cantos do Guesa, impressos dez anos depois.” (Sousândrade, 1874, *apud* Moraes & Williams, 2003, p.482). O

poeta continuou trabalhando nesse canto (e nos demais) até fins da década de 1880, quando foi publicada a última versão completa do poema, em Londres.

O *Guesa* é um poema épico com treze cantos dos quais o segundo trata do índio amazônico. No canto II, o poeta conterrâneo de Gonçalves Dias faz crítica à colonização lusa, numa visão nefasta dos índios destribalizados que habitavam o Alto do Rio Negro, divergindo, assim, da exaltação do nativo guerreiro e da sua dispersão no elemento branco. Sousândrade expõe uma visão catastrófica da colonização e atribui-lhe a desventura do autóctone.

Anterior a Sousândrade, encontramos também semelhante percepção desse episódio da História do Brasil em *Meditação* (1846), de Gonçalves Dias. Esta é uma obra em prosa estruturada pelo diálogo entre um jovem e um ancião os quais “meditam” sobre a constituição do nosso país. O “jovem” levado pela “triste experiência do presente” (referência provável aos índios degradados), volta sua atenção para o passado indígena como nunca havia feito antes e, admirado pela valentia dos guerreiros, rememora o seu primórdio edênico. Menciona a crença dos índios nos seus deuses (“mãos do senhor”), responsáveis pelos fenômenos naturais, e nos espíritos dos antepassados presentes nas matas. Fala dos festejos de guerra ao som do boré, da hospitalidade que os filhos aprendiam com os pais e da essência guerreira da tribo. Há ainda menção a beleza das índias, do empenho na confecção das armas, e, por fim, do repúdio aos covardes (também tema de I-Juca Pirama).

Em contraste, na segunda parte do capítulo II, há o retrato do “cataclismo” que foi a chegada dos portugueses para o autóctone brasileiro. Dias narra a chegada dos portugueses e a destruição dos nativos devido à ganância pelo ouro, chama atenção para a matança perpetrada pelo império português e conclui que a decadência do mesmo foi justamente pela maneira como se deu colonização: “E viu Deus que a nação conquistadora se tinha pervertido, e marcou-lhe o último período de sua grandeza”(DIAS, 1909, p.59). *Meditação, grosso modo*, faz crítica à história do Brasil, distinguindo-se também pelo teor abolicionista.

Mas a censura de Gonçalves Dias parece vincular-se a resistência dos índios ao trabalho, uma vez que eles não haviam sido enquadrados, desde a colonização, no modelo de civilização e progresso propiciado pelo labor. É devido a isso que ele ataca a colonização quando diz que: “viciando-lhe o principio com o cancro da escravatura e transmitindo-lhe o amor do ouro sem o amor do trabalho” (idem, p.58). A proposta indianista de Dias se daria pelo modelo europeu, pois ele não defende o retorno ao passado natural e intocado dos índios, mas sim a implementação de elementos voltados para o trabalho, progresso e civilização. No seu diário de viagem pelo rio Negro, ocorrida em 1861 (a qual se deu sob encomenda do governo imperial que incumbiu o poeta de participar de uma Comissão Científica para estudar as riquezas do norte do país e visitar as escolas dos Solimões), por vezes fala da preguiça dos índios. Por exemplo, no início relata que um subdelegado da região arrumou quatro homens que eles precisavam para auxiliar na navegação e comenta que não sabe como ele conseguiu isso, pois: “essa gente nada faz senão forçada” (DIAS, 2008, p.141). Por outro lado, no decorrer da viagem elogia a habilidade do nativo quando admite que:

Não há gente como a nossa, considerava eu. Soldados bons como eles! Marujos excelentes – remeiros incansáveis, e sempre falando, sempre alegres. Dóceis, humildes, ainda assim dóceis e tratáveis. Farinha a discrição, e haverá gente para tudo! Peixe seco já é uma fortuna – carne, isso vem do céu. É o máximo que pedem. E esse máximo não é ainda a mínima parte da qualquer miserável que nos vem da Europa. Se aparece caça – ei- los atrás dela! Peixe frechado, atiram-se aos cururis, a ver se há pior pescam-no dentro d’água! E estes pobres já tão pouco [palavra ilegível]⁴ tão dizimados, ainda os recrutam, como se não devessem contemplar este Amazonas, para o qual não há colonos, e se diz não poder haver... O reverso da medalha – são os bravios – já não fazem mal aos brancos, mas ainda infundem respeito”. (DIAS, 2008, p.168).

Destarte, nas poesias americanas dos *Primeiros Cantos* há o elogio do indígena ainda não alienado da sua cultura expresso pela sua prontidão para as batalhas, como em *O canto do guerreiro*. Já em *Deprecação* o índio espoliado clama a tupã que descubra seu rosto do véu

⁴ Lucia Miguel Pereira, quem transcreveu o diário de viagem de Gonçalves Dias, adverte que: “o mal estado do diário, escrito a lápis, de modo quase ilegível, não permitiu que fosse todo decifrado.”

de penas e veja a desgraça da tribo tupi, devida a chegada do colonizador. Ele considera que aquilo foi uma espécie de castigo do deus e lamenta:

[...]

Teus filhos valentes causavam terror,
Teus filhos enchiam as bordas do mar,
As ondas coalhavam de estreitas igaras,
De frechas cobrindo os espaços do ar.

Já hoje não caçam nas matas frondosas
A corça ligeira, o trombudo coati...
A morte pousava nas plumas da frecha,
no gume da maçã, no arco Tupi!

O Piaga nos disse que breve seria,
A que nos infliges cruel punição;
E os teus inda vagam por serras, por vales,
Buscando um asilo por ínvio sertão!

Tupã, ó Deus grande! descobre o teu rosto:
Bastante sofremos com tua vingança!
Já lágrimas tristes choraram teus filhos,
Teus filhos que choram tão grande tardança.
(DIAS, 1998, p. 113-114)

Gonçalves Dias dedica-se majoritariamente ao índio anterior à colonização, ou seja, o tupi extinto, ficando o índio contemporâneo esquecido ou implicitamente problematizado como em *Marabá*, sobre a condição do mestiço marginalizado.

Joaquim de Sousândrade, oito anos antes de Gonçalves Dias, em 1858, também viajou pelo Alto do Rio Negro. Durante esta viagem ele reuniu informações sobre o folclore da região, especialmente sobre a festa do Jurupari, informações estas que ele transporia para canto II de *O Guesa*. Neste canto, especialmente no Tatururema, fragmento mais conhecido, Sousândrade fala do índio que viu de maneira condoída. No diário de Gonçalves Dias há também o registro sobre a festa do Jurupari, mas ele se restringe a mencioná-la como apenas uma das festas indígenas da região nas quais se toca e dança “numa borracheira infernal”.

O canto II inicia-se com a descrição do amanhecer no “tropical formoso firmamento” do Amazonas em contraste com a caracterização de um índio triste e sem esperança no futuro, cabisbaixo na margem de um rio. O Guesa aprecia tal paisagem a bordo de um vapor, ele navega nas proximidades da fronteira do Brasil com a Colômbia. Após a descrição das belezas naturais do Amazonas, denuncia a presença dos exploradores dos recursos naturais dessa região, assim, depois da passagem do estrangeiro por ali a natureza, que no início do canto era assinalada como edênica: “[...] Anoitece num sono aflito a natureza morta”(2003, p.22). Logo, o poeta aproxima-se de uma aldeia onde há uma fogueira acesa e vê índios bêbados. Nessa passagem há um tom narrativo (“Penetremos aqui n’esta barraca’...) quando ele adentra uma cabana, deixando o seu “manto etéreo para ser humano”, onde logo presenciará a dança do *Tatuturema*. Ali:

“Tal o filho do sol, peregrinando
A sós, dos mundos á atração risonha,
No barracão pernoita; e acorda estando
Qual quem da sociedade s’envergonha.
- E lá perdeu-se no pegão-pampeiro,
Quando os índios mais vários doidejavam...
(SOUSÂNDRADE, 2003, p.24)

O *Guesa* envolve-se no ritual do “canto verídico e grosseiro” e dá-se início ao fragmento de fala dos índios de variadas tribos. No princípio desse fragmento, precisamente nas três primeiras estrofes quando mulheres das tribos Muxurana, Teguna e Mura falam, há a denúncia da violência da colonização por meio da escravidão e abuso das índias. Em dado momento a música desafina e uma índia ataca sexualmente um padre. Nesse mesmo contexto está um padre acariciando outra índia, excitado, enquanto o *Guesa* também é atacado:

(...) Olha o vigário! A face da Tecuna
Com que mãos acarinhosas afagando!
Guai! Como a vestia sancta abre-se e enfuna
Lasciva evolução, se desfraldando!
(...)
“Outra ao Guesa arrebatada, enlaça, enleia
Em voltas scintillantes qual a setta!”(idem, p.26)

O comércio injusto que os regatões propunham aos índios também é problematizado no poema, assim como no artigo *O Estado dos índios*, publicado em 1872, no qual o poeta rememora essa mesma viagem que o influenciou a compor o canto II. O comércio proposto aos índios seria injusto por oferecer-lhes quinquilharias em troca de produtos oriundos de muito trabalho. Nesse canto também se imprimem críticas mordazes à história do Brasil, como sobre a sua colonização e Independência, Sousândrade diz que desde a chegada das frotas de Cabral por esse mundo, de ninguém menos que do diabo, a sua possessão nos lançou a noites distantes do brilho dos astros, às trevas. Nos versos sobre a Independência do país o poeta não incorpora nenhum nativismo, pois vê que se tratou de uma estratégia da Casa de Bragança. Além das críticas, o poeta explicita (ironicamente) seu ideal de governo, pela boca de Brutus, que assassinou um Imperador. É o que podemos conferir, respectivamente, em:

(Viola rindo:)

-D' este mundo do diabo
Dom cabral se apossou,
E esta noite d'Arabia

Astrolabia

Desde então se bailou. (idem, p.30).

(D. João VI. escrevendo a seu filho:)

Pedro (credo!que sustos!)
Se ha de ao reino empalmar
Algum aventureiro

O primeiro

Sejas....toca a coroar!(idem, p.31)

(BRUTUS do ultimo circulo do Inferno de Dante)

- Oh, ser'a o mais sábio
César, que ainda há de vir,
Quem, descendo do throno,

A seu dono

Diga, ao povo, subir! (idem, p.34)

O ápice do ritual ocorre quando anoitece e, no escuro, a festa toma proporções animalescas, uma verdadeira orgia descrita pelo poeta na qual se via “os mais leonilios, mais

brutaes horrores” (idem, p.42). Ao final, o poeta pede desculpas pelo “ triste recitado”, isto é, confere a sua narrativa um tom de denúncia e justifica o motivo de um tema tão incomodo e constrangedor. Sousândrade parece defender-se de possíveis acusações pelo tema do canto II:

Chamem elles, embora, louco ao sábio
Que os cancos sociaes descobre a luz;
cúmplice ‘e quem protrae torcendo o lábio,
A aquelles para os quaes veiu Jesus;
Quem deixa a corrupcao lavrar occulta;
Quem por lei do interesse ou cobardia,
Não vê que a humanidade se sepulta
E que a pátria decae dia por dia. (idem, p.42)

Nesse ponto do nosso percurso sobre o indianismo fica evidente a necessidade de questionar o porquê, então, “se o índio não era assim”, preferiu-se omitir a situação do índio real. E Sousândrade aponta para uma possível resposta ao dizer que tal atitude deve-se dar por covardia ou interesse. Podemos pensar imediatamente num provável interesse político de José de Alencar, que desejava ser Senador, mas que não chegou a ser eleito, e numa suposta covardia de Gonçalves Dias, funcionário público, ou seja, “homem livre” que vivia do “favor”. Sousândrade assume o risco de ser visto como louco, mas considera-se um sábio. Preocupa-se com a pátria que decai cada vez mais por conta dos insultos praticados contra a sua população nativa.

Assim, Sousândrade censura a relação dos escritores com o Estado e, questiona se “será a política a carreira única no Brasil para a virilidade dos talentos?” (2003, p.490). Para ele a política do segundo império era um abismo que tragava os escritores e esterilizava-lhes a capacidade de criação:

Nos seios de nossa grande natureza despontam os melhores talentos; sonhos de glória inspiram-lhes na força da juventude harmonias apaixonadas e surgem os *Cantos*, *Os suspiros poéticos*, *o coração de mulher*, *a clara verbena* ou *pálida Elvira*. Assopra depois aragem pestífera, que varre sobre o Império, e os gênios se murcham – mais felizes os que morrem cedo como Álvares de Azevedo, Junqueira Freire ou Franco de Sá. **Gonçalves Dias acabou escrevendo proposições do Instituto**

histórico; Gomes de Sousa, o proclamado gênio da matemática; cabalando; Magalhães metendo mais uma lança no Paraguai sem Lopez; **Alencar ministro impondo eleições a metralha.**” (Sousândrade, 2003, p. 490)⁵.

O fato de Joaquim de Sousândrade não ter vivido na corte parece lhe ter possibilitado uma visão distinta da estrutura do poder Imperial que cooptou, pelo mecenato, a maioria dos homens de letras da época. Além disso, seu partidarismo republicano deu margem para as críticas explícitas ao Segundo Reinado, como as que encontramos ao longo d’O *Guesa*.

É claro que Sousândrade, como todos os românticos, prezava pela unidade do país e pelo seu desenvolvimento, logo, o indígena deveria ser integrado a sociedade para unir-se no esforço rumo ao progresso. Porém, Sousândrade não ignorava a degradação da população nativa e a criticava **explicitamente**. Também propunha que os nativos fossem civilizados por meio da educação e da religião, mas respeitando a sua integridade física e moral. Sousândrade foi contra a política de aldeamento, porque acreditava que uma vez que o índio fosse civilizado na tribo o seu desejo integra-se à civilização citadina surgiria naturalmente: “[...] na sua tribo, onde o amor do lugar não os deixa separarem-se e onde os ferro-carris depois irão buscando as formosas cidades”(2003, p.497).

Portanto, embora se possa considerar que o índio de Sousândrade foi instrumento da sua propaganda republicana, como afirma o estudioso italiano Claudio Cuccagna, uma vez que a degradação do autóctone quando da colonização foi resultado da ação da Monarquia, e que ao problematizá-la o poeta atribuía-lhe toda a culpa, não concordamos completamente com esta hipótese. É indubitável que a geração romântica estava a serviço dos interesses do Estado e com o projeto de construção da nação. Todavia, isso não anula a possibilidade de Gonçalves Dias e Sousândrade tivessem tido empatia pelo índio uma vez que eles próprios, diferentemente da maioria dos demais letrados do período, conheceram a realidade tribal *in loco*.

⁵ Grifo nosso.

Referências Bibliográficas

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: Momentos decisivos**. 11^a ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.

_____. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas - FFLCH/USP, 2002.

CUCCAGNA, Claudio. **A Visão do ameríndio na obra de Sousândrade**. São Paulo: Hucitec, 2004

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: **História dos índios no Brasil**. 2^a edição. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/SMC. 1998, p. 9-24.

_____. Política Indigenista no Século XIX. In: **História dos índios no Brasil**. 2^a edição. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/SMC. 1998, p. 133-154.

DENIS, Ferdinand. Resumo da História Literária do Brasil. In: **Historiadores e críticos do Romantismo- 1: a contribuição européia, crítica e história literária**. Guilhermino Cesar (seleção e apresentação). São Paulo: Edusp, 1978, p. 35-86.

DIAS, Gonçalves. Diário da viagem ao rio Negro. In: **Gonçalves Dias na Amazônia: Relatórios e Diário da Viagem ao Alto do Rio Negro**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2008, p. 135-2003.

_____. Meditação. In: **Obras postumas de A. Gonçalves Dias**. Rio de Janeiro: Garnier, 1909, p. 3- 89.

_____. Primeiros Cantos. In: **Poesia e prosa completas**. Alexei Bueno(org.). Rio de Janeiro: Aguilar, 1998.

MAGALHÃES, Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura brasileira. In: **Niterói, Revista Brasiliense**, tomo I, versão fac-similada pela Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1978.

MONTEIRO, John. **Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Departamento de Antropologia. IFCH- Unicamp. Campinas, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos**. 5^a Ed. Civilização Brasileira: RJ, 1969, p. 189-284.

SOUSÂNDRADE, Joaquim de. O Guesa. In: WILLIAMS, Frederick G. & MORAES, Jomar (Org.). **Poesia e prosa reunidas de Sousândrade**. São Luís: Edições AML, 2003.

_____. O estado dos índios. In: WILLIAMS, Frederick G. & MORAES, Jomar (Org.). **Poesia e prosa reunidas de Sousândrade**. São Luís: Edições AML, 2003, p. 496-497.

_____. Notas literárias. In: WILLIAMS, Frederick G. & MORAES, Jomar (Org.). **Poesia e prosa reunidas de Sousândrade**. São Luís: Edições AML, 2003, p. 489-491.

TREECE, David. **Exilados, Aliados, Rebeldes: O Movimento Indianista, a Política Indigenista e o Estado-Nação Imperial**. São Paulo: Edusp/ Nankim, 2008.

¹ Alessandra Silva Carneiro é mestranda na USP